



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 18 de maio de 2022  
(Quarta-feira)

**(\*) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
(DELIBERATIVA)  
(Semipresencial)  
(Às 13 horas e 55 minutos)

### ORDEM DO DIA

#### MATÉRIA SOBRE A MESA

I. **Requerimento nº 1.952/20**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do **Projeto de Lei nº 2.401, de 2019**, do Poder Executivo, que dispõe sobre o **exercício do direito à educação domiciliar**, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (**Apensado ao PL 3.179/12**). (T 62 e T 64)

#### MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

II. **Requerimento nº 1.049/21**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.252, de 2021**, do Sr. Osires Damaso, que **umenta a pena dos crimes relacionados à pedofilia, bem como promove a respectiva inserção no rol de crimes hediondos, previsto na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. (**Apensado ao PL nº 1.776/15**) (NT 62 e T 64)

III. **Requerimento Nº 1.781/21**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 2.484, de 2021**, do Sr. André de Paula, que **institui a obrigatoriedade de incluir nos produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto**. (T 62 e T 64)

#### MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

IV. **Requerimento Nº 384/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do

(\*) Republicada em 18/05/22, em virtude de alteração.

**Projeto de Lei nº 4.000, de 2021**, do Senado Federal, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar exigível, em condomínios edilícios, a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos condôminos para a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária. (T 62 e T 64).

**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

V. **Requerimento nº 567/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.212, de 2021**, do Poder Executivo, que **autoriza o Poder Executivo federal a doar dez Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado, do Comando do Exército, para a República Oriental do Uruguai.** (T 62 e T 64)

**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

VI. **Requerimento nº 672/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 196, de 2020**, do Sr. Geninho Zuliani, que altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para **permitir que os consórcios públicos possam instituir fundos para custear programas, ações e projetos de interesse público.** (T 62 e T 64)

**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

VII. **Requerimento nº 724/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.272, de 2022**, das Sras. Carmen Zanotto e Dra. Soraya Manato, que altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para **incluir segmentos do setor de saúde na possibilidade de contribuir sobre o valor da receita bruta em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** (T 62 e T 64)

**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

VIII. **Requerimento nº 790/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022**, do Sr. Felipe Rigoni e outros, que estabelece normas gerais relativas a **direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária.** (NT 62 e T 64)

## **URGÊNCIA**

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

## **Discussão**

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.091, DE 2021  
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.091, de 2021, que **dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.** Pendente de parecer da Comissão Mista.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.092, DE 2021  
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.092, de 2021, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para os fins que especifica**, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

**RELATOR: DEP. IGOR TIMO (PODEMOS-MG)**

**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.093, DE 2021  
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.093, de 2021, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a **divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social**. Pendente de parecer da Comissão Mista.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

**RELATOR: DEP. ALTINEU CÔRTEZ (PL-RJ)**

**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.096, DE 2022  
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.096, de 2022, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00**, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

**RELATOR: DEP. FELÍCIO LATERÇA (PP-RJ)**  
**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

5

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.097, DE 2022**  
**(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 1.097, de 2022, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00**, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional n° 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 4.029 (DOU de 16/3/12).

**RELATOR: DEP. FRED COSTA (PATRIOTA-MG)**

**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

6

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.098, DE 2022**  
**(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 1.098, de 2022, que **dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio** e altera a Lei n° 12.270, de 24 de junho de 2010. Pendente de parecer da Comissão Mista.

**PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022**

**PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022**

**PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022**

**COMISSÃO MISTA:** Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional n° 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 4.029 (DOU de 16/3/12).

**RELATOR: DEP. DARCI DE MATOS (PSD-SC)**

**AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO**

**URGÊNCIA**

(Art. 155, do Regimento Interno)

**Discussão**

7

**PROJETO DE LEI N° 4.749-A, DE 2016**  
**(DA SRA. ROSANGELA GOMES E DO SR. ROBERTO ALVES)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 4.749-A, de 2016, que **tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses**

**delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas;** tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do de nº 1.881/19, apensado (Relator: Dep. Alan Rick); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do de nº 2.565/19, apensado (Relatora: Dep. Bia Kicis). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (8) os PLs nºs 1.881/19, 2.565/19, 2.930/19, 3.064/19, 554/20, 3.295/20, 3.780/20 e 4.302/20.

**APROVADO O RQU N° 2.022/20, EM 05/08/20.**

8

PROJETO DE N° 781, DE 2020  
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 781, de 2020, que **dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (18) os PLs de nºs 5.409/16, 3.852/19, 5.274/20, 4.734/19, 6.739/16, 266/20, 395/20, 7.302/17, 120/19, 382/19, 4.474/19, 571/21, 2.020/21, 2.171/21, 2.348/21, 2.743/21, 3.751/21 e 544/22.

**APROVADO O RQU N° 508/21, EM 10/05/22.**

**RELATORA: DEP. PAULA BELMONTE (CIDADANIA-DF)**

9

PROJETO DE LEI N° 4.438, DE 2021  
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para **estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la**. Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

**APROVADO O RQU N° 429/22, EM 10/05/22**

**RELATORA: DEP. LEANDRE (PSD-PR)**

10

PROJETO DE LEI N° 610-A, DE 2021  
(DO SR. VINICIUS CARVALHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 610-A, de 2021, que institui a Campanha Nacional de Incentivo à doação de cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Paula Belmonte). Pendente de parecer das Comissões de: Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T62 e T64)**

Tendo apensado (1) o PL nº 3.434/21.

**APROVADO O RQU N° 297/22, EM 10/05/22.**

**RELATOR: DEP. IGOR TIMO (PODEMOS-MG)**

**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

11

PROJETO DE LEI Nº 4.188 DE 2020  
(DO SR. CEZINHA DE MADUREIRA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.188, de 2020, que **dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil**. Pendente de parecer das Comissões de: Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**  
**APROVADO O RQU Nº 518/22, EM 11/05/22.**

12

PROJETO DE LEI Nº 3.441-A, DE 2021  
(DO SR. DANIEL ALMEIDA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.441-A, de 2021, que **institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico**; tendo parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relatora: Dep. Perpétua Almeida). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**  
**APROVADO O RQU Nº 641/22, EM 11/05/22.**  
**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

13

PROJETO DE LEI Nº 1.070-B, DE 2021  
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.070-B, de 2021, que altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a **Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde**; tendo parecer: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste e do de nº 2.257/20, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Ricardo Izar); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do de nº 2.257/20, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Dep. Angela Amin). **(T 62 e T 64)**  
Tendo apensado (1) o PL nº 2.257/20.  
**APROVADO O RQU Nº 738/22, EM 12/05/22.**  
**MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO**

14

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79, DE 2020  
(DA SRA. TEREZA NELMA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 2020, que **institui a Medalha "José Edmilson de Souza" para premiar boas práticas de conselheiros tutelares em nível nacional**. Pendente de parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e NT 64)**  
**APROVADO O RQU Nº 726/22, EM 12/05/22.**

15

PROJETO DE LEI Nº 4.188, DE 2021  
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, que **dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de valores das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da**

**Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados, e altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Pendente de parecer das Comissões de: Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)**

**APROVADO O REQ Nº 648/22, EM 17/05/22.**

**RELATOR: DEP. JOÃO MAIA (PL-RN)**

## AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

#### I - EMENDAS

##### 2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

**Nº 12/2022 (Sóstenes Cavalcante)** - Altera o § 1º do art. 240 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), para dispor sobre o procedimento regimental visando a consecução da perda do mandato parlamentar.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

---

#### II - RECURSOS

##### 1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO - ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 58, § 1º, do RICD).

##### 1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

###### PROJETO DE LEI

**Nº 53/2015 (Pompeo de Mattos)** - Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio.

**DECURSO: 2ª SESSÃO**

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022**

**Nº 9424/2017 (Onyx Lorenzoni)** - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.

**Apensado ao PL-3722/2012 (Rogério Peninha Mendonça)**

**DECURSO: 2ª SESSÃO**

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022**

**Nº 10169/2018 (Paulo Pimenta)** - Inclui no Calendário Turístico Oficial do País, a "FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo", realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

**DECURSO: 2ª SESSÃO**

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022**

##### 1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

###### PROJETO DE LEI

**Nº 4393/2019 (Senado Federal - Flávio Arns)** - Dispõe sobre a assistência, em regime de exercícios domiciliares ou a distância, para estudantes da educação básica que participem de competições desportivas ou atividades artísticas.

**DECURSO: 3ª SESSÃO**

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/05/2022**

---

##### 3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD



(Sujeitos a deliberação do Plenário, após ouvida a CCJC, nos termos do art. 164, §§ 2º e 3º do RICD)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 164, § 2º, do RICD).

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**Nº 104/2017 (Evandro Roman)** - Propõe que a Comissão do Esporte (CESPO) apure a atuação do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) na decisão proferida com relação à alteração no Campeonato Paranaense de Futebol.

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 24/05/2022

## **PROJETO DE LEI**

**Nº 44/2007 (Lincoln Portela)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre a condicionalidade de serviço voluntário.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 1579/2007 (Jusmari Oliveira)** - Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para dispor sobre o Programa de Assistência às Adolescentes Gestantes.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 1839/2007 (Edigar Mão Branca)** - Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para instituir benefício destinado à alfabetização de jovens e adultos.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 2637/2007 (Angela Portela)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre os valores referenciais de caracterização de pobreza ou extrema pobreza.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 3520/2008 (Antonio Carlos Magalhães Neto)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 4101/2008 (Senado Federal - Geraldo Mesquita Júnior)** - Altera o art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar o repasse de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do programa Bolsa Família, à divulgação, por esses entes, de informações dos beneficiários na rede mundial de computadores (Internet).

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 4348/2008 (Roberto Britto)** - Altera o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para assegurar o reajustamento automático dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização da clientela alvo.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 5691/2009 (Manoel Junior)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para incluir a exigência de realização do exame preventivo ginecológico entre as condicionalidades previstas no art. 3º para a concessão dos benefícios.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO:** 18/05/2022

**Nº 6021/2009 (Marcos Montes)** - Altera dispositivos contidos na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar a concessão de Bolsa Família à inscrição em programa de qualificação profissional complementar e instituir incentivo fiscal para as empresas que contratarem trabalhadores qualificados por esses programas.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6312/2009 (Manoel Junior)** - Altera dispositivo da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir, entre as condicionalidades do programa, a matrícula de analfabetos entre 15 (quinze) e 50 (cinquenta) anos em programas ou cursos de educação de jovens e adultos.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6509/2009 (Aline Corrêa)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir as pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos como beneficiárias do Programa.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6747/2010 (Senado Federal - Cristovam Buarque)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento dos benefícios do "Programa Bolsa Família".

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6881/2010 (Francisco Praciano)** - Acrescenta parágrafos ao art. 2º da lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 489/2011 (Senado Federal - Rosalba Ciarlini)** - Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para conceder benefício variável no programa Bolsa Família à unidade familiar em que haja pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) ou por doença crônica.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1022/2011 (Rui Palmeira)** - Dispõe sobre a transparência nas ações no Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1409/2011 (Eliane Rolim)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para incluir a realização de exame preventivo ginecológico anual como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 4073/2012 (Diego Andrade)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e da outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 4766/2012 (Senado Federal - Cícero Lucena)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Bolsa Família as famílias de pessoas acometidas por neoplasia maligna.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 5786/2013 (Dr. Jorge Silva)** - Altera a redação do inciso III do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 5863/2013 (Sandra Rosado)** - Cria o Programa Nacional de Inclusão no Mercado de Trabalho, para mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6012/2013 (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir as pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos como beneficiárias do Programa.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6941/2013 (Antonio Carlos Mendes Thame)** - Acrescenta parágrafo à Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família quando houver adesão ao Programa Microempreendedor Individual (MEI).

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 7297/2014 (Luiz Carlos Hauly)** - Dispõe sobre a contratação de beneficiários do Programa Bolsa Família e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 8069/2014 (Pedro Paulo)** - Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Programa Bolsa Família, instituindo o pagamento adicional ao benefício do Bolsa Família para famílias que possuam membros portadores de deficiência e necessidades especiais.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 8148/2014 (Julio Lopes)** - Dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências."

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 8182/2014 (Pedro Paulo)** - Acrescenta os parágrafos 18, 19, 20, 21 e 22 ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, visando possibilitar a independência dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Porta de Saída do Bolsa Família), oferecendo benefício adicional para famílias que atingirem metas voltadas para a educação e saúde.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1315/2015 (Bruno Covas)** - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para conceder incentivo fiscal a empresas que contratarem beneficiários do programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1369/2015 (Veneziano Vital do Rêgo)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para instituir a implantação de Centros de Capacitação Profissional mediante convênio celebrado entre União e Municípios, e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1974/2015 (Vitor Valim)** - Acrescenta artigos à Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1994/2015 (Mariana Carvalho)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a emissão e apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2105/2015 (Geovania de Sá)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre as condicionalidades relativas à educação profissional e ao emprego

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2219/2015 (André Fufuca)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir dispositivo que estende a concessão de gratificação natalina aos que recebem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3035/2015 (Mário Heringer)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3084/2015 (Danrlei de Deus Hinterholz)** - Dispõe sobre a condicionalidade de participação em curso de educação profissional ou tecnológica no Programa Bolsa-Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3227/2015 (Marco Tebaldi)** - Altera a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "institui o Programa Bolsa-Família e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3888/2015 (Zenaide Maia)** - Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 para excluir, do cálculo de renda familiar mensal, o benefício concedido nos termos do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3994/2015 (Geovania de Sá)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para obrigar os pais a participarem de reuniões na escola de seus filhos como condicionalidade para a manutenção dos benefícios recebidos no âmbito do Programa Bolsa-Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 4957/2016 (Flávia Moraes)** - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para incluir a realização de exame preventivo ginecológico como condicionalidade para a concessão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 5403/2016 (Eduardo Barbosa)** - Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para vedar a majoração, pelo Poder Executivo, em percentual diferenciado e acima da variação acumulada do INPC, dos valores dos benefícios e dos referenciais para caracterização de pobreza ou de extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 8010/2017 (Benjamin Maranhão)** - Acrescenta ao art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, novas condições para concessão do benefício do Bolsa Família: o Teste do pezinho e o Teste do ouvido (orelhinha),

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 8140/2017 (Pompeo de Mattos)** - Altera a Lei nº 10.836, de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para prever pagamento de benefícios extras em casos de ocorrência de desastres naturais.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 9634/2018 (Moisés Diniz)** - Aumenta os valores a serem pagos pelo Programa Bolsa Família nos municípios da Faixa de Fronteira e dá outras providências.

## **PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 9706/2018 (Rafael Motta)** - Altera a redação do art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família à não exploração de trabalho infantil de membro da família beneficiária.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 9785/2018 (Cabo Sabino)** - Dispõem sobre alteração da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para combater a exploração do trabalho infantil e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 10947/2018 (Veneziano Vital do Rêgo)** - Dispõe sobre o repasse de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 6072/2019 (Tabata Amaral)** - Modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza; prever o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa; revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 41/2020 (Alexandre Frota)** - Altera o artigo 3º parágrafo para inserir o parágrafo 1º da Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que cria o programa Bolsa Família para determinar prazo para o julgamento e concessão do benefício

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 345/2020 (Idilvan Alencar)** - Obriga o Poder Executivo a divulgar dados mensais sobre concessões, famílias habilitadas e cancelamentos do Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 512/2020 (Dra. Soraya Manato)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para dispor sobre sanções administrativas e políticas aplicáveis aos agentes públicos que cometerem os ilícitos que especifica.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 681/2020 (Natália Bonavides)** - Dispõe sobre a criação de benefícios financeiros no âmbito do Programa Bolsa Família, devidos durante a suspensão das atividades escolares provocada pela pandemia do vírus Covid-19.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 745/2020 (José Ricardo)** - Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer complementação financeira no valor da parcela do benefício do Programa Bolsa Família, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1102/2020 (Alexandre Frota)** - Altera a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer um ajuste financeiro nos pagamentos do programa Bolsa Família de 50% (cinquenta por cento) enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1145/2020 (Patrícia Ferraz)** - Dispõe sobre a necessidade de pagamento de benefício financeiro anualmente no mês de dezembro como abono natalino aos inscritos no programa Bolsa Família em âmbito nacional.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1350/2020 (João H. Campos)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o abono anual no âmbito do Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1503/2020 (Amaro Neto)** - Dispõe sobre a proibição do corte de energia elétrica, água, serviços de telefonia e internet às famílias que se encaixam na lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1942/2020 (Jorge Solla)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir o benefício temporário, durante o estado de calamidade pública, destinado à criança ou adolescente regularmente matriculado em escola da rede pública na educação básica.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2097/2020 (Hildo Rocha)** - Altera a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro como abono natalino.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2492/2020 (Luiz Philippe de Orleans e Bragança)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família o trabalho em serviços e projetos úteis para a comunidade ou município, bem como a aceitação de oferta de emprego por meio de programas públicos de colocação e recolocação profissional; e para limitar as dotações orçamentárias do programa ao valor de um por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3746/2020 (Luiza Erundina)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre a ampliação do Cadastro Único – CadÚnico do governo federal, e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 3933/2020 (Fernanda Melchionna)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reajustar os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização da pobreza e da extrema pobreza do Programa Bolsa Família e determinar sua atualização monetária a cada ano com base na variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; trata da garantia de ingresso das famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a tributação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos auferidos; e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 4028/2020 (Tereza Nelma)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar o benefício de Renda Digna Suplementar às famílias de baixa renda.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1053/2021 (Milton Coelho)** - Modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para caracterizar o Programa Bolsa Família como uma etapa de implementação da Renda Básica de Cidadania, prevista na Lei n. 10.835, de 8 de janeiro de 2004, reformular o valor referencial que define a situação de pobreza, unificar e ampliar o benefício financeiro do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores referenciais do benefício e da situação de pobreza; e dá outras providências.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 1968/2021 (Leonardo Gadelha)** - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para dispor sobre incentivo financeiro a crianças nascidas no país em situação de pobreza.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2120/2021 (Pompeo de Mattos)** - Estabelece a prioridade na vacinação contra a Covid-19 para beneficiários do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2129/2021 (Célio Silveira)** - Institui o Programa Bolsa Emprego Família – (PBEFAM), o qual beneficiará os adolescentes do Programa Bolsa Família que ingressarem no mercado de trabalho.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

**Nº 2820/2021 (Wilson Santiago)** - Acrescenta os §§ 18 e 19 no art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para estabelecer valores mínimos e máximos dos benefícios de transferência de renda do Programa Bolsa Família.

**PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022**

---

#### **MESA**

(Biênio 2021 / 2023)

##### **Presidente**

Arthur Lira - PP - AL

##### **1º Vice-Presidente**

Marcelo Ramos - PSD - AM

##### **2º Vice-Presidente**

André de Paula - PSD - PE

##### **1º Secretário**

Luciano Bivar - UNIÃO - PE

##### **2ª Secretária**

Marília Arraes - PT - PE

##### **3ª Secretária**

Rose Modesto - PSDB - MS

##### **4ª Secretária**

Rosângela Gomes - REPUBLICANOS - RJ

##### **1º Suplente de Secretário**

Eduardo Bismarck - PDT - CE

##### **2º Suplente de Secretário**

Gilberto Nascimento - PSC - SP

##### **3º Suplente de Secretário**

Alexandre Leite - UNIÃO - SP

##### **4º Suplente de Secretário**

Cássio Andrade - PSB - PA

---

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**Procurador**

Luis Tibé - AVANTE - MG

---

**PROCURADORIA DA MULHER**

**Procuradora**

Tereza Nelma - PSD - AL

---

**OUVIDORIA PARLAMENTAR**

**Ouvidor-Geral**

Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO - MG

---

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**Corregedor**

Paulo Bengtson - PTB - PA

---

**COORDENADORIA DOS DIREITOS DA MULHER**

**Coordenadora**

Celina Leão - PP - DF

---

**SECRETARIA DA JUVENTUDE**

**Secretário da Juventude**

Exedito Netto - PSD - RO

---

**CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS**

**Presidente**

Da Vitoria - PP - ES

---

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Secretário de Comunicação Social**

Acácio Favacho - MDB - AP

---

**SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Secretária de Relações Internacionais**

Soraya Santos - PL - RJ

---



## SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA

**Secretário de Transparência**

José Medeiros - PL - MT

---

### **Lideranças**

**PL**

**Líder:** Altineu Côrtes

---

**PT**

**Líder:** Reginaldo Lopes

---

**PP**

**Líder:** André Fufuca

---

**UNIÃO**

**Líder:** Elmar Nascimento

---

**PSD**

**Líder:** Antonio Brito

---

**REPUBLICANOS**

**Líder:** Vinicius Carvalho

---

**MDB**

**Líder:** Isnaldo Bulhões Jr.

---

**PSB**

**Líder:** Bira do Pindaré

---

**PSDB**

**Líder:** Adolfo Viana

---

**PDT**

**Líder:** André Figueiredo

---

**PSC**

**Líder:** Euclides Pettersen

---

**PODE**

**Líder:** Igor Timo

---

**PSOL**

**Líder:** Sâmia Bomfim

---

**NOVO**

**Líder:** Tiago Mitraud

---

**PCdoB**

**Líder:** Renildo Calheiros

---

**SOLIDARIEDADE**

**Líder:** Lucas Vergilio

---

**AVANTE**

**Líder:** Sebastião Oliveira

---

**CIDADANIA**

**Líder:** Alex Manente

---

**PROS**

**Líder:** Weliton Prado

---

**PATRIOTA**

**Líder:** Fred Costa

---

**PV**

**Líder:** Bacelar

---

**PTB**

**Líder:** Paulo Bengtson

---

**Parágrafo 4º, Art. 9º do RI**

**REDE**

**Repr.:** Joenia Wapichana

---

**LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA**

**Líder:** Ricardo Barros

---

**LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO**

**Líder:** Wolney Queiroz

---

**LIDERANÇA DA MAIORIA**

**Líder:** Diego Andrade

---

**LIDERANÇA DA MINORIA**

**Líder:** Alencar Santana

---